

BARBARA AZEVEDO HARRIS

**SOCIOLOGIA BRASILEIRA COMO ARMA DE COMBATE:  
Os limites entre o militante e o cientista nos trabalhos recentes de  
Jessé Souza**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado junto ao Departamento de  
Sociologia e Ciência Política da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
sob a orientação Prof. Jacques Mick

FLORIANÓPOLIS  
2018

**SOCIOLOGIA BRASILEIRA COMO ARMA DE COMBATE:  
Os limites entre o militante e o cientista nos trabalhos recentes de  
Jessé Souza**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina sob a orientação Prof. Dr. Jacques Mick

APRESENTADO EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador- Prof. Dr. Jacques Mick  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Doutor Rodolfo Palazzo Dias  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Doutoranda Diane Southier  
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho às minhas avós, que fizeram de mim quem sou, desde meus sobrenomes e dotes culinários, até a maneira de agir no mundo com compaixão, compreendendo seus limites, em seus respectivos contextos, carioca e chileno.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a minha família, que apoiou a minha permanência na cidade de Florianópolis e minha graduação, mesmo que isso significasse me manter longe deles, porém perto de me encontrar como indivíduo; Mãe e pai, vos amo!

Aos meus amigos dentro e fora do curso: às meninas do bosque, que nunca deixaram, nem nunca deixarão, a chama da luta apagar; a Nina, minha amigona linda que sempre me ofereceu apoio compreensivo e incentivador; ao André e a Carol Caótica, casal lindo que estiveram por perto para me ouvir, para contribuir com sugestões ou apenas para desanuviar pressões e ansiedades; ao Leléo, que mesmo desconhecendo a fundo meu tema, sempre me ajudou a aclarar as ideias e a formatar meu texto.

Agradeço imensamente a presença de Tati Balistieri e às contribuições reflexivas e discursivas em nossas noites de estudos.

Aos professores que me formaram como estudante e pesquisadora; à liberdade de escrita concedida por meu orientador Jacques Mick.

E principalmente ao autor que fomentou meu tema, a pesquisa que aqui vos apresento.

## RESUMO

Este trabalho busca através da revisão bibliográfica das mais recentes publicações do sociólogo brasileiro Jessé Souza – A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite (2015); A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado (2016); e A elite do atraso: da escravidão à lava-jato (2017) – compreender a contribuição de sua teoria para o entendimento da realidade brasileira levando em conta sua proposta de empoderar a sociedade com discernimento crítico do que se concebe sobre o país e sua origem, tendo em vista os discursos recentes sobre a estrutura social e as ações do Estado versus mercado financeiro.

**Palavras chaves:** Desigualdade social; Pensamento social brasileiro; Jessé Souza.

## **ABSTRACT**

This research searches through the bibliographical review of the most recent publications of Brazilian sociologist Jessé Souza - The foolishness of Brazilian intelligence: or how the country is allowed to manipulate by the elite (2015); The radiography of the coup: understand how and why you were deceived (2016); and The elite of backwardness: from slavery to laundering (2017) - understand the contribution of his theory to the understanding of Brazilian reality taking into account its proposal to empower society with critical insight into what is conceived about the country and its origin , in view of the recent discourses on the social structure and actions of the State versus the financial market.

**Key Words:** Social inequality; Brazilian social thought; Jessé Souza

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	
.....	
<b>2 REFLEXÕES CRÍTICAS A PARTIR DAS PROPOSTAS DOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA</b>	<b>20</b>
.....	
2.1 MITO NACIONAL E PATRIMONIALISMO	25
.....	
2.2 ECONOMICISMO E A DEMONIZAÇÃO DO ESTADO E GLORIFICAÇÃO DO MERCADO.....	32
.....	
2.3 DIFERENÇAS NAS SEMELHANÇAS DO ANTES PARA O AGORA.....	38
<b>3 LINGUAGEM ACESSÍVEL: A PROPOSTA QUE JESSÉ ASSUME, A LEGITIMIDADE CIENTÍFICA ALCANÇA AS PRATELEIRAS DE BEST-SELLER</b>	<b>41</b>
.....	
.....	
3.1 RECEPÇÃO CRÍTICA E ALCANCE DOS LIVROS: INTERPRETAÇÕES DISTORCIDAS?.....	46
.....	
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>52</b>
.....	
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>56</b>
.....	

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é decorrente de um ímpeto pessoal em compreender certos signos que dão forma à configuração atual dos estratos sociais que compõem o Brasil. A partir das mais recentes publicações de Jessé Souza, sociólogo contemporâneo, busco entender a desigualdade social levando em conta as transformações ao longo da história<sup>1</sup> e como estas influenciam a maneira que se entende e constitui a sociedade, suas esferas políticas, sociais e econômicas.

O autor Jessé Souza é graduado em direito (1981) e mestre em sociologia pela Universidade de Brasília (UNB/1985), doutor em sociologia na Alemanha *Karl Ruprecht Universität Heidelberg* (1991), pós-doutor em psicanálise e filosofia na *New School for Social Research*, em Nova York, e foi livre-docente na Universidade de Flensburg, na Alemanha. É autor de 27 livros e de mais de cem artigos e capítulos de livros em vários idiomas. Coordenou também diversas pesquisas empíricas de amplitude nacional sobre as classes sociais e a desigualdade social no Brasil. Foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) entre 2015 e 2016, no período final do governo da presidente Dilma Rousseff. Atualmente leciona sociologia na Universidade Federal do ABC (UFABC).

Nascido em Natal, Rio Grande do Norte, Jessé Souza assume sua origem nordestina em sua postura como intelectual e cientista social. Perante o estranhamento de ir para Brasília com 17 anos, onde faria sua primeira graduação em Direito na UNB, Souza iniciou sua dedicação em entender mais profundamente os mecanismos da (in)justiça na sociedade, fazendo com que migrasse para a Sociologia. Em uma entrevista<sup>2</sup> ele comenta sobre a vivência de conviver com elementos simbólicos de violência relativos a sua raiz do nordeste, de sua percepção da humilhação, que gerou raiva, direcionando a transformá-la em

---

<sup>1</sup> Transformações de história: eventos históricos, mudanças de paradigmas científicos, alterações no quadro político social e cultural na formação do Brasil e sua sociedade.

<sup>2</sup> CIÊNCIA, Nossa. Jessé Souza: Tudo que eu trouxe como reflexão vem da minha experiência de ser nordestino. Disponível em: <<https://nossaciencia.com.br/entrevistas/jesse-souza-tudo-o-que-eu-tenho-e-trouxe-como-reflexao-tem-a-ver-com-a-minha-experiencia-como-nordestino/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.



indignação, devolvendo a agressão sofrida em forma de arma política. Ele escolheu ser referenciado como Jessé Souza, por escolha de ser visto como filho de seu pai, vindo de onde veio. Jessé Souza constrói sua linha de pesquisa sobre desigualdade social brasileira partindo da crítica ao economicismo hegemônico presente nas análises sociais de hoje em dia. Para tal ele reconstrói como se consolidou - através das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro – a dominação de um liberalismo pretensamente crítico que permeia a percepção típica do brasileiro sobre questões sociais e políticas. Em que percebe a sociedade como composta de indivíduos que compartilham valores herdados historicamente que são construídos e estabelecidos pelos pensadores clássicos da sociologia brasileira, que de acordo com Souza, reforçaram mitos nacionais relativos a nossa cultura.

O autor afirma que o estágio atual de debate intelectual e público brasileiro colabora com a reprodução da desigualdade por não proporcionar uma verdadeira análise do processo de modernização no país (SOUZA, 2009, p. 24). A culpa não reside apenas no governo, mas nos consensos sociais vigentes. Não é decorrente exclusivamente da herança ibérica na formação das instituições brasileiras. Tem a ver como permeiam as relações sociais desde então.

Em “A ralé brasileira” (2006) e “Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora (2012)”, suas publicações mais emblemáticas sobre a desigualdade no Brasil, o autor coloca em prática a proposta de uma sociologia (verdadeiramente) crítica, indo a campo produzindo pesquisas empíricas que preservam a complexidade das relações sociais e das interações entre classes (fluxos e fronteiras entre a classe média, os batalhadores e a ralé). Se estabelecendo como alternativa à sociologia dominante, adentra o “drama” da realidade social, ou seja, a dimensão subjetiva implicada nos consensos sociais que são coniventes à violência simbólica que mantém a reprodução da desigualdade.

Esconder os fatores não econômicos da desigualdade é, na verdade, tornar invisível as duas questões que permitem efetivamente “compreender” o fenômeno da desigualdade social: a sua gênese e a sua reprodução no tempo. (SOUZA, 2006, p. 18).

Jessé Souza busca demonstrar que os valores que nos moldam não provém única e exclusivamente da herança de nossos colonizadores portugueses, mas sim das instituições em contato com o capitalismo moderno, as quais ele elenca como cruciais: a instituição da escravidão (que não existia em Portugal), a instituição judicial, a instituição familiar, etc.

O processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc. (SOUZA, 2006. p. 21).

Recentemente produziu uma série de três livros em que discorre sobre a realidade brasileira contemporânea, analisando de maneira crítica os últimos acontecimentos políticos do país e o que tem sido dito sobre tais eventos. O autor vem, por meio destas publicações, demonstrar como se mantém dominante nos discursos, sejam acadêmicos ou de senso comum, o enraizamento na lógica culturalista e visão economicista. E a partir disso, romper com estas, com a proposta de ser acessível a qualquer público, e fortalecer interpretações críticas relativas ao contexto político

nacional destes últimos 3 anos, mais especificamente: o momento pré-impeachment, publicou “A tolice da inteligência brasileira” (2015); sobre o impeachment, “A radiografia do golpe” (2016); e pós-impeachment, “A elite do atraso” (2017).

O primeiro dos livros, “A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite” (2015) que será tratado aqui tem como foco destrinchar a origem das ideias que formaram a maneira que se interpreta a realidade nos dias de hoje e a reverberação na maneira que se dão as relações sociais desde os tempos coloniais. Esta publicação se propõe a desconstruir o senso comum, através da história das ideias dominantes do Brasil moderno e de sua institucionalização: o culturalismo conservador combinado ao economicismo. Partindo da crítica a ciência social conservadora imperante até hoje no Brasil, o autor assume o intuito de “apelar para a inteligência viva daqueles que foram feitos de tolos, ou seja, todos nós, vítimas de uma violência simbólica bem perpetrada” (SOUZA, 2015), demonstrando como a legitimação da dominação social se dá pela conexão das ideias-força de intelectuais e especialistas a “interesses poderosos” que são institucionalizadas como leitura dominante de toda uma sociedade sobre si mesma, perpetuando a justificação de privilégios injustos.

O segundo, “A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado” (2016), trata sobre como essas ideias conservadoras fazem parte do processo de legitimar ações da elite do dinheiro – por exemplo, sob a roupagem de luta contra a corrupção – e dificultam entender as verdadeiras motivações por trás do golpe – nas palavras do autor, o objetivo deste livro é possibilitar o entendimento por parte de qualquer pessoa com formação média e boa vontade para compreender como e por que a sociedade brasileira foi enganada em um dos golpes de Estado mais torpes de nossa história (SOUZA, 2016).

Enquanto no terceiro livro, “A elite do atraso: da escravidão à lava jato” (2017), o autor constrói uma espécie de resposta crítica ao clássico “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936, e demonstra como este formou a interpretação oficial do Brasil sobre si mesmo, que ainda hoje rege nossas ações e comportamentos cotidianos, inaugurando com sua narrativa totalizadora, a tradição pretensamente crítica que toma como pressuposta a ideia do Estado como único corrupto.

Tais livros se diferenciam das usuais produções deste autor por serem direcionados a outro tipo de leitores, fora da esfera acadêmica, embora o tema abordado seja o mesmo que vem sendo trabalhado há décadas. Com amplo uso de aspas para introduzir temas sociológicos

clássicos, é notável seu esforço em desconstruir noções pré-concebidas sobre a realidade. Logra por meio destas produções explicar como se dá a difusão de conceitos originalmente científicos no senso comum da sociedade, explicitando noções que compõem o que se pensa sobre o país e o povo que o habita. Sobre como estas ideias corroboram para um complexo cenário político e social manipulados pelos mais poderosos para que seus interesses sejam poupados e, mais ainda, defendidos. Como parte de uma sociologia crítica, Jessé demonstra como os fenômenos históricos podem influenciar as percepções sobre a realidade, reverberando nos enfoques e ocultamentos do que passa a formar nosso senso comum e consensos científicos.

Por optar em analisar esses escritos que pretendem acessar um público amplo, viabiliza seu contato tanto para o público acadêmico, que poderá utiliza-lo como fonte para novas pesquisas, como para o público leigo não restritos ao mundo acadêmico. Este trabalho se propõe a utilizar uma linguagem que concorda com a postura de Jessé Souza, de entender âmbitos subjetivos dos brasileiros e as realidades culturais onde estão imersos: suas escolhas, expressividades e silenciamentos.

Assumo o objetivo de fazer uma revisão bibliográfica da teoria do autor com foco nas obras mais recentes, tendo em vista a relevância para o contexto político e social que o Brasil se encontra. É notável sua intenção de contribuir para o debate democrático, no momento presente de globalização e difusão de informações. Portanto, retomar a origem de valores culturais esclarece o que fundamenta comportamentos e posições políticas que reproduzem a naturalização de privilégios e condenações de pessoas que pertencem a contextos e classes específicos.

Por que um autor acadêmico com relevante prestígio científico decide produzir obras que alcancem um público que desconhece sua carreira e seu posicionamento crítico? O que o levou a publicá-los no presente contexto? Qual a relevância de assumir tal postura em tempos de *fake news*, *twitter*, *youtubers* e *memes*? Por que Jessé Souza se propôs a tornar acessível sua teoria crítica no contexto atual?

Após o momento catártico de 2013, com a multiplicidade de discursos proferidos sobre as crises que o país passava (críticas forjadas ao governo do PT) e uma forte presença de discursos de ódio na população em geral e no congresso – se fez clara a demanda por um posicionamento bem embasado e acessível que fosse capaz de esclarecer o fio condutor entre diversos elementos: a caótica disputa por visibilidade política nas manifestações de 2013, o ódio ao ex-presidente Lula e as políticas sociais de seu governo, as ações e os posicionamentos de sujeitos pertencentes a distintas esferas envolvidos no impeachment de Dilma Rousseff, as

investigações e condenações da operação Lava Jato, culminando nas eleições de 2018.

Desde o início da Era Lula, ocorreu uma centralização das ideologias partidárias. Por flertar com o mercado privado mas também investir em políticas sociais, havia uma sensação de equilíbrio entre interesses da direita e da esquerda. Houve uma dissipação da polarização política. Mas em 2013, com as manifestações do Passe Livre, assumidamente de militância esquerdista – e seus desdobramentos da apropriação das manifestações por parte de novas lideranças da direita – houve um rompimento com essa predominância centrista. Pela ineficiência da mídia tradicional de reportar os protestos com veracidade, as mídias sociais passaram a ser um lugar de denúncia e de provas do que realmente acontecia, incitando reivindicações e posicionamentos, e consequentemente, embates ideológicos.

Porém, após as manifestações de junho de 2013, a dicotomia na participação política brasileira ganhou um novo capítulo em sua história. A identificação das pessoas entre esquerda e direita refloriu. Após a população tomar as ruas em torno de todas as suas insatisfações, as diferenças ideológicas dentro das próprias manifestações rapidamente começaram a transparecer, até o movimento implodir, rachando a massa de pessoas em dois rumos de militância com caminhos totalmente opostos. Esse pico de polarização entre esquerda e direita se provou resistente e conseguiu se manter e se desenvolver até as eleições nacionais de 2014. A declarada esquerda se mobilizou contra o suposto projeto neoliberal do PSDB, e a direita conservadora desenvolveu sua ideologia em torno de um forte antipetismo declarado antipartidário, com discussões radicalizadas para os extremos dos valores considerados da direita. (BRUGNAGO e CHAIA. 2014, p. 102).

Para o cumprimento do objetivo acima disposto elege-se o seguinte problema central: Qual o limite entre a militância política e a ciência social de Jessé Sousa?

Para responder tais questionamentos, esta pesquisa visa identificar o método argumentativo utilizado no sentido de reforçar a importância deste tipo de posicionamento que reflete sobre aspectos subjetivos da realidade social. A origem de elementos valorativos que compõem as construções sociais incorporadas, dadas como inquestionáveis, expostas nas obras do autor de forma sintetizada,

denunciam o papel dos intelectuais na perpetuidade ou rompimento de certos paradigmas que garantem a naturalização da desigualdade social.

O trabalho está disposto em três seções, nas quais trabalha-se, primeiramente, a crítica de Jessé Souza aos argumentos dos autores do pensamento social clássico brasileiro que coincidem na construção da ideia de identidade nacional; em segundo, a relevância da linguagem escolhida pelo autor no contexto atual e seus alcances na pretensão de ser acessível; para chegar finalmente na questão limítrofe entre o cientista social que se faz presente no debate político e o militante que se representa politicamente na sociologia, que é apresentado no título.

Em minha trajetória acadêmica, ao entrar em contato com obras fundadoras do pensamento social brasileiro, um questionamento provocativo feito pelo professor Jacques Mick, que veio a ser orientador deste trabalho de conclusão, ecoou em meu interesse de pesquisa: “O que nos une como brasileiros?”.

Em um território tão vasto, com distintas realidades, os paradigmas identitários nacionais como a “cultura do jeitinho”, “país do futebol e do carnaval”, seriam mesmo presentes e compartilhados por todos os indivíduos que possuem nacionalidade brasileira?

Foi na disciplina optativa, “Debates atuais no pensamento social brasileiro”, lecionada pelo mesmo professor, que adentramos em autores contemporâneos como Jessé Souza que questionam os paradigmas analíticos da formação da nação brasileira. Se existe um domínio por parte das elites na maneira que se concebe toda uma nação, se faz necessário observar como tais ideias foram compradas e difundidas pelos intelectuais brasileiros, mais especificamente, os autores que fomentaram nossos mitos nacionais com base nos conceitos populismo e patrimonialismo.

Após ler a introdução de “A tolice da inteligência brasileira” – livro que dá início a trilogia que será trabalhada ao longo das próximas páginas – que tive certeza que as obras de Jessé Souza consolidariam a base de minha escrita conclusiva do curso.

O trecho a qual me refiro diz respeito ao objetivo que o autor assume em tais livros, de desconstrução do senso comum, observando o desafio que implica tal postura, reconhece o envolvimento de aspectos cognitivos e emotivos. Por sentir uma certa frustração ao tentar problematizar questões naturalizadas de nossa sociedade em debates cotidianos – achar difícil quebrar com paradigmas que compõem impressões da realidade de maneira didática e compreensível, sem exigir a leitura prévia de textos sociológicos, ou contato com um vocabulário científico – que senti uma identificação com estes textos de Jessé Souza. Senti que todo conhecimento adquirido a partir das obras anteriores desse

autor haviam sido sintetizados com a proposta explícita de desconstrução do senso comum, consciente da dimensão cognitiva e emotiva que envolve tal desafio,

utilizar o conhecimento como arma de combate, para rearmar o cidadão que foi destituído das precondições para entender seu cotidiano e as lutas sociais, nas quais se encontra inserido sem o saber, para torná-lo sujeito de seu destino. O pressuposto é que as pessoas que foram feitas de “tolas” podem ser tão inteligentes na política quanto o são nas outras esferas da vida cotidiana e estão aptas a recuperar o que lhes foi tomado: a capacidade de refletir e julgar com autonomia e independência. (SOUZA, 2015, p. 13).

Jessé Souza estabelece seu esforço de utilizar o conhecimento como “arma de combate” para rearmar o cidadão que foi destituído das precondições para entender seu cotidiano e as lutas sociais (2015. p. 16) excluindo do texto cada termo “técnico” dispensável, atribui-se de forma sutil e crítica à distância entre o conhecimento produzido na academia e sua distância com o restante do mundo social. Portanto, venho por meio deste trabalho, não criticar o autor ou sua teoria, mas preconizar este tipo de proposta de intelectuais de se dedicar a melhor fundamentação do conhecimento público.

## **2 REFLEXÕES CRÍTICAS A PARTIR DAS PROPOSTAS DOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA**

Jessé Souza deixa claro que quer fazer com que as ciências sociais sejam vistas como uma ferramenta viável e concreta para compreender e, mais ainda, para intervir na realidade, se contrapondo às ciências econômicas, mais visibilizadas na sociedade. Nos prefácios de cada livro, Jessé Souza parte de uma posição de esclarecedor do que não é possível acessar da realidade por conta de distorções, fragmentações e falseamentos causadas por ideias reforçadas e reproduzidas por interesses das elites. Seriam estas distorções que tornam a compreensão de nossa realidade confusa, superficial e conservadora. Existem distorções sistemáticas que precedem a memória histórica, que vem sendo reproduzidas sem muito senso crítico, mas com muita conveniência envolvida.

A partir do livro “A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite”, Jessé Souza apresenta criticamente duas leituras dominantes como justificadoras dos privilégios injustos: a continuação da teoria culturalista e da vertente economicista. Seriam estas as que foram primordiais para a construção das ciências sociais que consolidaram os conceitos do discurso hegemônico que vemos no presente, como os autores Márcio Pochmann e Marcelo Neri citados adiante.

Minha tese é que o tema das relações entre as classes sociais no Brasil – único que pode permitir uma concepção crítica do Brasil contemporâneo – é ainda hoje dominado e obscurecido pelas mesmas leituras “economicistas” e culturalistas conservadoras que criticamos no decorrer deste livro. A fim de tentar comprovar nossa hipótese, vamos examinar, na primeira parte deste texto, a obra recente de dois dos mais festejados e reconhecidos economistas brasileiros, os professores Márcio Pochmann e Marcelo Neri. (...)O ponto talvez mais relevante de toda a pesquisa do professor Pochmann para os nossos fins é a tese de que todo o movimento positivo da pirâmide social brasileira, na primeira década do século XXI, na verdade envolveu postos de trabalho que se encontram na base da pirâmide



social. O trabalho de Neri, assim como o de Pochmann, é também o trabalho de um virtuoso no uso de dados estatísticos. (SOUZA, 2015, p. 30)

Este primeiro livro da trilogia foi publicado tendo em vista o contexto explosivo das manifestações de junho de 2013, percebendo uma demanda de informações que fosse à parte daquela que chegava ao público que desse conta de explicar a origem dos acontecimentos recentes.

Neste livro Souza introduz seu primeiro capítulo com uma citação de Charles Taylor: “Os seres humanos são animais que se interpretam” (2015) para iniciar o debate sobre como todo e qualquer comportamento humano é baseado em referencia a outro comportamento. Deste modo, Jessé parte do princípio que são as interpretações feitas por seres humanos sobre ações de outros seres humanos que guiam as noções modeladoras da vida, dependendo apenas de quais indivíduos seriam legítimos para produzirem interpretações válidas. Historicamente foram proferidas por sacerdotes ou profetas religiosos, enquanto na modernidade são os cientistas que possuem a legitimidade de produzir explicações relativas a realidade. O autor ressalta que muitas vezes se perde de vista o caráter originário da ideia, ou categoria científica, sendo utilizada de maneira distorcida como justificação de uma violência simbólica no senso comum. Revelando assim a importância de se retomar a origem conceitual e o contexto em que foram produzidos discursos, principalmente aqueles que são tidos como determinantes para a consolidação de paradigmas sobre uma totalidade de indivíduos.

Foi escolhido começar com a dualidade platônica apresentada por Jessé Souza em seu primeiro livro. A partir do antagonismo de conceitos, noções e representações que o imaginário individual e social é formado: superior e inferior, céu e terra, sólido e líquido, divino e mundano, claro e escuro, vivo e morto. Platão foi o primeiro a teorizar sobre isso, no contexto de formação da civilização greco-romana, com a intenção de consolidar a importância da organização societal em contraposição ao estado natural associada à barbárie, dominando nossos instintos por meio da razão e disciplina. É fácil identificar e se relacionar com contrastes. Com esta relação que Santo Agostinho difundiu a supremacia da razão na mentalidade ocidental baseada na oposição de espírito e corpo, onde a recepção da doutrina platônica da virtude foi transformada no caminho cristão da salvação, tornando-se a base cotidiana e inconsciente de toda a ética ocidental. É a partir desse mesmo princípio dicotômico que também se constitui a superioridade europeia e

norte-americana em detrimento das nações latino-americanas, africanas e asiáticas por vertentes culturalistas na sociologia do início do século XX. O bem é ligado ao espírito que deve dominar o corpo e suas paixões, o qual representa um afastamento do racional, preceito básico para o sucesso capitalista. A Igreja que garante a secularização inconsciente das virtudes hierarquizadas entre racional sinônimo de bem e felicidade, enquanto irracional é relacionado ao corpo descontrolado e menos avançadas.

Quando Santo Agostinho, no começo de nossa era, interpreta a virtude cristã como controle dos afetos pelo “espírito”, cristaliza a forma como primeiro a Igreja e depois todos nós “avaliaremos” o mundo. Em grande parte, como resultante da própria ideia da dominação do afetos, temos também a ideia de uma suposta orientação “particularista” (a famosa preferência “pessoal” em vez de o domínio da “impessoalidade”) do comportamento das sociedades latino-americanas, que as tornariam essencialmente corruptas. A corrupção ou a desconfiança generalizada também seria, claro, um apanágio dos habitantes dessas mesmas sociedades. (SOUZA, 2015. p. 24).

A legitimidade da ciência, de acordo com a leitura que Jessé Souza faz das obras de Max Weber, tem a ver com a maneira predominante como todo Ocidente moderno se auto interpreta e se legitima (SOUZA, 2015. P. 17). O autor identifica em Weber sua importância por ter captado a ambiguidade constitutiva do racionalismo singular ao ocidente, ao formular os dois diagnósticos da época mais importantes para a auto compreensão do Ocidente até nossos dias. (SOUZA, 2015. p. 18).

A obra mais conhecida da sociologia religiosa de Weber sendo *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. A questão que Weber busca responder é: qual a base das ideias que contribuíram para formar o espírito capitalista? O que a Weber interessa não são os ensinamentos teóricos e oficiais dos compêndios de teologia moral, mas sim as motivações psicológicas que têm origem nas crenças práticas religiosas. Weber elabora essas

motivações sob a forma de um tipo ideal tão coerente quanto possível, sem pretender refletir a realidade histórica. Quer ele compreender com esta utopia racional como essas motivações agiram na realidade para formar o espírito capitalista. (...) O tipo ideal do ethos peculiar a esses meios pode-se resumir da seguinte maneira: na base se acha uma interpretação da predestinação, portanto uma convicção religiosa. Esta convicção leva à eliminação de toda magia, a um desencanto do mundo graças à racionalização crescente. Assim como a verdadeira fé se reconhece pelo tipo de conduta que permite ao cristão aumentar a glória de Deus, ele acredita encontrar esse sinal em uma vida pessoal rigorosamente submetida aos mandamentos divinos e na eficiência social correspondente à vontade de Deus. Esta eficiência social compreende o êxito na atividade profissional. Assim, o trabalho mais eficaz é manifestação da glória de Deus e um sinal de eleição baseada na vida levada asceticamente. Psicologicamente, esta manifestação da confiança de Deus pelos êxitos que ela concede aos homens é um meio de reagir contra a angústia da salvação. (...) O êxito social nessas condições só fez reforçar o rigor da conduta pessoal e transformar o ascetismo no método capaz de assegurar o estatuto da graça. (SOUZA, 2015. p. 18).

Weber, por um lado, fortalece a ascese do racionalismo ocidental em sua base simbólica protestante, enquanto que, por outro, demonstra suas limitações dimensionais, devido à falta de percepção e instrumentalização da razão do homem protestante ascético capitalista. Em outras palavras, Weber valoriza a intenção do saber científico ocidental moderno, aprofundado e questionador, de aprimoramento constante.

A última parte de “A tolice da inteligência brasileira – ou como o país se deixa manipular pela elite” “A”, intitulada como “*Conclusões: para entender a crise atual*” se divide em três subcapítulos que procuram deixar claro como as categorias utilizadas no livro permitem uma visão mais profunda e mais crítica de nosso momento atual e das questões que nos afligem e busca comprovar que a ciência social crítica é uma arma

poderosa para a reconstrução da realidade opaca em pensamento e uma intervenção inteligente na realidade. (SOUZA, 2015, p. 221)

A maior contribuição das obras de Jessé Souza em seu formato “literário” é o combate à resignação. Ao questionar os pressupostos relativos a cultura brasileira tida como corrupta, a instituição do estado como patrimonialista, cordialidade que impossibilita a impessoalidade, o autor renega tais preceitos como únicos e determinantes que resigna toda a sociedade a traços culturais como inerentemente malandra e singular. A associação entre aspectos culturais e preceitos morais é estabelecida por conceitos científicos culturalistas.

Ele possibilita o reconhecimento de questões modernas que são presentes em todos os lugares. Proporciona o questionamento da existência, por exemplo, de algum estado que seja de fato impessoal, que não leve em conta seus vínculos pessoais e emocionais, ou se existiria algum governo moderno que não apresente a presença da corrupção.

Também é possível refletir sobre o poder que os símbolos tem na matéria, em nós, na vida prática.

Minha tese é, portanto, que a obra de Max Weber foi utilizada em sua versão apologética para conferir “prestígio científico” a uma visão de mundo atrelada a interesses particulares que se mascararam com a universidade e a neutralidade apanágio do prestígio científico. Isso fica claro quando o termo “universal” é atrelado às sociedades centrais, e o atributo de “particular” ou “regional” é reservado às sociedades periféricas. O objetivo deste texto é, nesse sentido, construir a categoria de “racismo culturalista” e demonstrar o caráter de violência simbólica desta visão científica hegemônica tanto no centro quanto na periferia do mundo atual. (SOUZA, 2015, p. 29 e 30).

## 2.1 MITO NACIONAL E PATRIMONIALISMO

Sobre a escravidão ser nosso berço (e o mundo que a escravidão criou) que possibilitou toda a manipulação midiática e política contra a democracia e os interesses populares – tem sua força na história e na sociologia do vira-lata. Por esclarecer a totalidade da realidade social: de

onde viemos, quem somos e para onde vamos. A única teoria brasileira que responde a essas três questões de modo convincente é a teoria implicitamente racista do culturalismo conservador entre nós, a qual deve ser desconstruída para que se possa construir uma teoria nova tão abrangente quanto a conservadora o é.

Para responder as três questões essenciais para a compreensão da singularidade de qualquer sociedade, o culturalismo racista constrói uma fantasia da continuidade cultural com Portugal: ele se baseia em uma tese clássica do senso comum que imagina que a transmissão cultural se dá de modo automático como o código genético. (SOUZA, 2017. p. 38).

É comum ouvir de brasileiros associações de pertencimento cultural por descendência genética, por exemplo, ser italiano apenas por ser neto de italiano. Mas “a influência cultural não se transmite, afinal, nas nuvens nem pelo simples contato corporal. Os seres humanos são construídos por influência de instituições.” (SOUZA, 2017. p. 39).

As instituições fundamentais para qualquer um de nós nos amoldam e nos constroem em certo sentido, seja pelo direcionamento explícito, seja pelo incentivo para a criação de disposições que irão construir o comportamento prático. Isso tudo não vem com o código genético como imagina o senso comum e nossa interpretação “científica” dominante. Se todos nascemos com uma pulsão sexual, por exemplo, será, no entanto, o conjunto de instituições, no caso, especialmente a instituição familiar, que irá determinar a singularidade e a direção específica desse impulso em cada um de nós. É assim que somos construídos. Não pelo sangue ou por heranças fantasiosas que desconsideram todo efeito institucional. (SOUZA, 2017. p. 39).

Tomando como missão demonstrar como se pode utilizar os estudos sociológicos clássicos brasileiros para se pensar a história e a modernização brasileira de modo novo e mais crítico, Jessé Souza parte de seu estudo das obras de Gilberto Freyre para ensejar uma interpretação no sentido contrário da maneira que foi utilizado para pavimentar o caminho da construção de uma identidade luso-brasileira.

Jessé Souza propõe pensar inicialmente no livro *Casa-grande e senzala*, - deixando de lado o objetivo principal de se construir um romance da identidade nacional brasileira que resultou na construção da

auto compreensão que hoje em dia todo brasileiro tem de si mesmo (SOUZA, 2017. p. 41) – focando na argumentação de Freyre que vê no sadomasoquismo da escravidão, o ponto principal da organização política e cultural do Brasil, fundamentada no particularismo da família patriarcal.

O patrimonialismo familiar brasileiro possui aspecto macrossociológico que relaciona a forma específica de organização social à maneira que corresponde a uma incorporação e formação de uma economia emocional do indivíduo, assim como das relações intersubjetivas que se estabelecem na sociedade. A economia emocional que se representa no próprio indivíduo dependente das pulsões disciplinadoras de instituições externas.<sup>3</sup>

Tais organizações societárias tinham classes dominantes que exerciam seu controle por meio da violência armada, lidando com excessos em seu cotidiano. O exercício da cidadania requer o desenvolvimento deste aprendizado social de uma nova sensibilidade, de reagir negativamente frente a qualquer indivíduo. A prática da empatia com a alteridade possibilita toda uma amplitude de práticas associadas a compaixão ou remorso e culpa, mudando assim, o estoque cultural emocional da sociedade.

É precisamente como uma sociedade constitutiva e estruturalmente masoquista – no sentido de uma patologia social específica, onde a dor alheia, o não reconhecimento da alteridade e a perversão do prazer transformam-se em objetivo máximo das relações interpessoais – que Gilberto Freyre percebe interpreta a semente essencial da formação brasileira. Freyre percebe, claramente, que a direção dos impulsos agressivos e sexuais primários depende ‘em grande parte de oportunidades ou chance, isto é, de influências

---

<sup>3</sup> Jessé chama atenção que nessa questão, Freyre foca em questões de teor macrossociológico como no trabalho de Norbert Elias sobre o processo civilizador do ocidente. Elias parte da tese que este, se deu precisamente pela ruptura com o escravismo (p.47). Pois a escravidão requer a onipresença da violência como pressuposto naturalizado, aspecto que não é propício para a formação da noção de cidadania presente na sociedade moderna e as garantias de direitos universais. Com a presença do escravismo, se generaliza o sofrimento e a (in)sensibilidade em relação ao sofrimento alheio ou próprio.

externas sociais. Mais do que predisposição ou perversão inata. (SOUZA, 2017. P. 49)

Então, para Freyre,

Patriarcalismo tem a ver com o fato de que não existem limites à autoridade pessoal do senhor de terras e escravos. Não existe justiça superior a ele, como em Portugal era o caso da justiça da Igreja, que decidia em última instância querelas seculares. Não existia também poder policial independente que lhe pudesse exigir cumprimentos de contrato, como no caso das dívidas impagáveis de que fala Freyre. Não existia ainda, por último mas não menos importante, poder moral independente, posto que a capela era uma mera extensão da casa-grande. (*apud.* SOUZA, 2017. p .51 e 52).

Sendo uma espécie de instituição total no Brasil, forma peculiar da escravidão traria consigo a semente da forma social que se desenvolveria mais tarde: o sadismo relacional intrínseco à sociedade. O senhor de terras era um super-indivíduo, que não se preocupa em limitar quaisquer que sejam seus impulsos primários e privilégio de proteção pessoal. Em contrapartida, transforma-se a dependência pessoal em relação ao patriarca em familismo. (SOUZA, 2017. p .53)

Em “Sobrados e Mocambos”, Freyre retrata o embate entre a lógica sadomasoquista do mandonismo escravocrata com a entrada, ainda que incipiente das duas instituições mais importantes das sociedades: o mercado capitalista competitivo e o Estado burocrático centralizado em 1808. (SOUZA, 2017, p. 57)

Por mais superficial que tinha sido a influência de instituições como o capitalismo comercial e o Estado centralizado, estas ainda assim reverberam na lógica social, complexificando questões pré-existentes com a passagem do patriarcalismo rural para o urbano. Portanto, este fato é tido como pressuposto, ou seja, como parte intransponível e intrínseco do estado brasileiro, o conceito de patrimonialismo é indissociável da constituição do mito nacional entre nós, o qual foi a base da ciência social no Brasil. A Sociologia brasileira é construída a partir do mito, e não em contraposição ao mito.

A elaboração do mito nacional é importante para a construção de projetos nacionais de longo alcance, por proporcionar uma unidade nacional. Gilberto Freyre fundamentou a base para a construção do mito nacional ao atribuir uma noção positiva a miscigenação presente na sociedade brasileira, a partir das ambiguidades do corpo e do espírito, valorizando a associação implícita a corpo, onde corpo é receptivo, hospitaleiro, caloroso. Ele se refere a um aspecto concreto e visível da sociedade brasileira que é a miscigenação racial e define como uma virtude cultural.

Jessé Souza não se posiciona contrário a ideia de um mito nacional forte e consolidado. Ele aceita e defende a importância deste para o governo de Getúlio Vargas, que passou a ser ensinado nas escolas, transformando o Brasil com base nessa solidariedade proporcionada pela representação do mito nacional. Portanto, a existência do mito nacional não é problemático em si, mas a sua utilização como base do pensamento social brasileiro.

Quando não se percebe conscientemente o que determina nossa ação e nosso comportamento, isso apenas significa que sua eficácia é ainda maior. Somos comandados por essa hierarquia de valores no nosso dia a dia e não temos a menor ideia disso. Isso só faz com que a força dessa hierarquia moral seja ainda maior apesar de invisível. Nesse caso, não temos literalmente nenhuma defesa em relação a ela, posto que ela nos comanda pré-reflexivamente e antes de qualquer tomada de consciência. (SOUZA, 2017. p. 150 e 151).

É a ausência de processos de aprendizado coletivo e de sua institucionalização social e política que explica esta abissal desigualdade e indiferença ao sofrimento. Não há, então, uma relação direta com corrupção vira-lata herdada dos portugueses e estoques culturais imutáveis. São, afinal, processos de aprendizado coletivo que garantem uma economia emocional/moral e cognitiva, em alguma medida, efetivamente compartilhada e, portanto, um patamar comum para todos os indivíduos de todas as classes sociais. (SOUZA, 2017. p. 152) .

O grande esquema de corrupção sistêmica que o capitalismo financeiro impõe, que implica super explorar e enganar as classes sociais abaixo dela, capturar o Estado e a política para seus fins, e instaurar uma



imprensa e uma esfera pública que implicam distorção sistemática da realidade, é naturalizado e percebido como dado imutável. Uma realidade em relação a qual só se pode obedecer. Se corrupção é, antes de tudo, enganar o outro, pergunto ao leitor: qual é a corrupção verdadeira e qual é a corrupção para os tolos? Mas tamanha manipulação e logro da população não poderia existir se a própria classe média, o público privilegiado da imprensa desde seus primórdios, já não tivesse, ela própria, propensão e disposição para ser manipulada e enganada precisamente desse modo e não de nenhum outro. A imprensa manipulativa não cria o mundo. Ela não é tão poderosa. Ela manipula preconceitos já existentes de modo a retirar deles a maior vantagem possível, tanto material quanto simbólica, para a elite do dinheiro que a sustenta com anúncios e falctruas diversas. (SOUZA, 2017. p. 166)

Mas o discurso do patrimonialismo também coloniza a nossa esquerda. Holanda pega a plasticidade do português e chama de Homem cordial. Cordial, tido no senso comum como educado e dócil, na verdade vem de *cordes*, em latim, do coração, da emoção, tanto da paixão, mas também da violência.

O que Buarque acrescenta de (aparentemente) novo é a transformação da ênfase no personalismo – a emotividade como um dado psicossocial que guia as relações interpessoais de favor/proteção – típica da interpretação freyriana em ênfase no aspecto institucional e político, ou seja, supostamente patrimonial. O patrimonialismo é uma espécie de amálgama institucional do personalismo, de resto compartilhando com efeitos todos os seus duvidosos pressupostos inseridos para fins pragmáticos na construção do “mito” freyriano.” (SOUZA, 2015. p. 33).

De acordo com Souza, Faoro corrobora essa ideia dizendo que o homem cordial vem de Portugal de 1340, como se houvesse corrupção nesta época, o que é um absurdo teórico, pois não tem como haver corrupção na monarquia, pois o bem não é público, mas do monarca. (2017. p. 106).

O patrimonialismo é, antes de mais nada, uma antítese da república. O despotismo é outra antítese

da república. Entre nós, brasileiros, nenhuma obra do pensamento social e político descreve melhor o patrimonialismo, hoje com suas entranhas expostas no noticiário do país, do que Os donos do poder, de Raymundo Faoro. (SOUZA, 2017. p. 106).

Monta-se o complexo de vira-lata perfeito, onde se admira os EUA como perfeição societal, por aqui ser a terra da corrupção, da paixão, afetividade, do prevalecimento do pessoal em detrimento do público.

A passagem do homem cordial, tido como brasileiro em geral – sem diferença de classes – tem uma espécie de amálgama institucional, nunca no mercado, mas no Estado. A afetividade do homem cordial, dá tudo para os amigos, enquanto dá a letra dura da lei para os inimigos, impossibilitando a democracia, ao contrário do que acontece nos EUA, onde não existiria essa pessoalidade.

## 2.2 ECONOMICISMO E A DEMONIZAÇÃO DO ESTADO E GLORIFICAÇÃO DO MERCADO

Jessé deixa claro que quer fazer com que as ciências sociais sejam vistas como uma ferramenta viável e concreta para compreender e, mais ainda, para intervir na realidade, se contrapondo às ciências econômicas, mais visibilizadas na sociedade. Para tal, ele apresenta teses de economistas recentes e demonstrando suas limitações como fontes de esclarecimento da realidade, trazendo a teoria de Marx como ponto de referência. Pois Marx teria em 1889 instituído a relevância do capital para a compreensão da estrutura social. Mas as análises de dinâmicas sociais não pararam em Marx. Pelo contrário, apenas deslancharam. O conceito de capital, por exemplo, foi mais além do que representa o capital financeiro. Com Pierre Bourdieu,

Capital” deixa de ser apenas uma categoria “econômica”, e inclui tudo aquilo que passa a ser decisivo para assegurar o acesso privilegiado a todos os bens e recursos escassos em disputa na competição social. Ainda que Bourdieu reconheça que o capital econômico é decisivo para assegurar vantagens permanentes nesta disputa, ele não está sozinho. Para além do capital econômico, uma das

maiores descobertas de Bourdieu para a ciência social crítica foi a da importância, tão central como a do capital econômico, do “capital cultural”. Capital cultural para Bourdieu é tudo aquilo que logramos “aprender”, e não apenas os títulos escolares. (SOUZA, 2015. p. 225 e 226.)

Argumenta então que a maneira que Marx concebia a importância do conhecimento e da ciência – seja na qualificação da força de trabalho, seja para auferir ganhos em produtividade em inovações técnicas aplicadas aos meios de produção – a partir da concepção que vê o processo de aprendizado como um acréscimo na bagagem de quem vai às compras na feira. E é desta mesma concepção cartesiana do sujeito, que era alta filosofia no século XVII, que hoje é senso comum e base das ciências da ordem.

A concepção crítica do Brasil contemporâneo de Jessé traz tanto “a discussão pública acerca da assim chamada “nova classe média” quanto também das assim chamadas jornadas de junho de 2013.”, enquanto dominado por leituras economicistas e culturalistas a partir da “obra recente de dois dos mais festejados e reconhecidos economistas brasileiros, os professores Márcio Pochmann e Marcelo Neri.”. (SOUZA, 2015. P. 221)

Para o aqui autor estudado, Pochmann analisa dados sobre o ganho individual da classe trabalhadora, como o setor baixo da sociedade, a partir da tese de que todo o movimento positivo da pirâmide social brasileira, na primeira década do século XXI, na verdade envolveu postos de trabalho que se encontram na base da pirâmide social. Nesta, os movimentos mais importantes indicam a criação de quase 2 milhões de ocupações abertas anualmente, em média, para os trabalhadores com remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo, e 616 mil postos de trabalho anuais, em média, para a parcela de ocupados pertencentes à faixa de rendimento entre 1,5 e 3 salários mínimos. Na maior parte de seu estudo, Pochmann se dedica a mostrar em detalhes o universo ocupacional desses trabalhadores.

Já Neri, com base em dados referentes aos rendimentos familiares, trabalha o caráter “mediano” e ascendente da mesma classe trabalhadora. Ambos possuem “excelente tratamento estatístico de dados e carecem de qualquer força explicativa mais profunda do fenômeno analisado por outro”. A imensidão de dados dos órgãos censitários e de

pesquisa do governo é tornada compreensível e agrupada de modo a estabelecer relações estatísticas importantes. Embora assumam tons distintos, não existe nenhuma diferença concreta,

Entre as análises estatísticas de Pochmann e Neri em seus mais recentes trabalhos que usaremos para fins de contraposição. Ambos, inclusive, louvam os mesmos aspectos principais deste fenômeno recente, que são, para os dois, a expansão do emprego formal com carteira assinada, o potencial de mobilidade ascendente acompanhado de inclusão no mercado de bens de consumo e a diminuição da abissal desigualdade brasileira. (SOUZA, 2015. P. 222)

Neri pratica um economiscismo da distribuição de renda, enquanto Pochmann pratica um economicismo de setores de produção. (...) Mas o principal aspecto, o “economicismo”, ou seja, a crença de que a variável econômica por si esclarece toda a realidade social, está presente nos dois autores e contamina todas as suas hipóteses e conclusões. (SOUZA, 2015 p. 223 e 224)

Jessé Souza assemelha tal maneira de pensar pela metáfora de ver indivíduos apenas distinguindo-os por agrupamentos ocupacionais ou por grupos de renda, sem levar em conta que o capital cultural é crucial, assim como são o capital social e o econômico, para o entendimento do que constitui os limites e as possibilidades dos indivíduos nas competições sociais das sociedades modernas.

A reprodução de privilégios de uma família de classe média só pode ser assegurada se esta possuir algum capital econômico para “comprar” o “tempo livre” dos filhos para o estudo de línguas ou de capital cultural técnico ou literário mais sofisticado. Isso revela a importância do capital econômico mesmo para as classes que não se reproduzem majoritariamente a partir dele como acontece nas classes altas. Mas a competição social não se inicia no ambiente escolar. É necessário possuir o desejo e ainda ser capaz de absorver o conhecimento – bem de consumo crucial para a distinção de classe – para ter a visão de mundo necessária para se encaixar no perfil de privilegiado. Tal percepção de vida só é possível por estímulo e exemplo do que é familiar (não no sentido de consanguíneo ou doméstico, mas de conhecido, afetivo, íntimo, convívio), e é este diferencial que constitui o capital cultural possuído pelos filhos das classes médias, que garante sua reprodução de classe como “privilegiada” em dois sentidos: primeiro por chegarem como vencedores na escola e posteriormente no mercado de

trabalho, e ocuparão espaços que as “classes populares” – classe trabalhadora e ralé – não poderão alcançar; segundo, reproduzem também a invisibilidade do processo social de produção de privilégios – que se realizam na privacidade dos lares e que podem “aparecer”, posto que sua gênese é encoberta, como “mérito individual” e, portanto, como “merecimento” dos filhos das classes médias. (SOUZA, 2015. p.227 e 228).

O aparente merecimento do privilégio é a forma característica do capitalismo moderno de legitimar a desigualdade social. É neste ponto que encontramos o caráter duplo da cegueira do economicismo: não enxergar os aspectos decisivos que reproduzem todos os privilégios, e também por não permitir ver os mecanismos por trás do mito da meritocracia, ou seja, a falsa justificação social de todos os privilégios.

Em outras palavras, o economicismo é congenitamente “conservador” posto que joga água no moinho da reprodução no tempo de todos os privilégios injustos, já que não possui meios científicos de criticar a ideologia do mérito individual. (...)O economicismo é, portanto, cego tanto em relação à “estrutura social”, que implica a consideração de capitais que não se restringem ao econômico, quanto ao ponto verdadeiramente decisivo no que diz respeito às classes sociais: a forma velada como essas classes são produzidas e reproduzidas. Portanto, é incapaz de compreender qualquer fato realmente importante em relação à dinâmica das classes sociais. Pode até falar de classes sociais, mas sua compreensão deste fenômeno tão decisivo e central difere muito pouco da forma como o senso comum (não) percebe as classes. É isso que permite que Pochmann trate apenas do mundo as ocupações e pense estar oferecendo uma análise verdadeiramente compreensiva das relações de classe no Brasil moderno. É isso que permite também a Neri falar de “classes econômicas” – envolvendo apenas faixas de renda e hábitos de consumo – e achar que está “interpretando” as novas relações de classe do Brasil contemporâneo. (SOUZA, 2015. p. 228 e 229).

Ao não considerar a diferenciação de indivíduos levando em conta a herança familiar, que também é uma herança de classe – ou seja, a construção do capital cultural específico a cada classe social – para a competição social, é inevitável que o economicismo caia na redução de um sujeito genérico, semelhante em toda e qualquer classe social. Portanto, analisar a estrutura ocupacional não é suficiente para compreender crítica e verdadeiramente a dinâmica de classes do Brasil moderno.

Nem Pochmann nem Neri refletem sobre o que mantém certa classe em certo setor produtivo e não em outro. Pois não é na ocupação laboral que se encontra a origem/ formação das classes sociais, mas sim o pertencimento de certa classe que pré-decide a “escolha” por certo tipo de trabalho.

É aí que entramos com propriedade no assunto que talvez desça menos redondo. A concepção associada a manutenção de privilégios da classe média. Por associação a pesquisa de Bourdieu no sistema escolar da França por duas décadas, e sua bandeira crítica contra o mito da educação ser um ambiente de democráticas oportunidades, por questão meramente de mérito (ainda visto como inato.). De fato, os currículos escolares dizem possibilitar uma ascensão social se houver esforço da parte do aluno, como se fosse só querer, toda essa pira da meritocracia. E Bourdieu foi fundo em sua cruzada para desmascarar o ensino. Tanto que chega a quase mesclar contraditoriamente a noção de capital cultural e econômico como decisivo para a reprodução da desigualdade social.

Com as propostas específicas de cada livro, o autor tem como objetivo possibilitar perspectivas críticas às ideias dominantes que se passam como condizentes ao que interessa à maioria.

Jessé Souza afirma que a lógica da elite brasileira é originária na sociedade escravocrata, utilizando provocativamente o termo de “elite de rapina”. Mas o que ele quer dizer com isso? O sistema escravocrata não pensa ao longo prazo para o país. Não há identificação afetiva com os dominados. Parasitando a sociedade como um todo a partir da cobrança de juros. Ela não considera cuidar, cultivar um indivíduo e um *ethos* produtivo, leal, satisfeito com o próprio trabalho, pois assim se mantém uma mínima ilusão de felicidade no dia a dia. Também é característico a esse modelo, o sadismo, a renegação do obediente a sub-humano, a inapto, incapaz.

Se compararmos nosso capitalismo com o narcotráfico, o político corrupto é o aviãozinho do tráfico, quem fica com as sobras; a boca de fumo

que faz o dinheiro grande é o mercado da rapina selvagem que temos aqui. O conceito de patrimonialismo serve, precisamente, para encobrir os interesses organizados no mercado, que funcionam para se apropriar da riqueza social, já que a noção de privado é absurdamente pessoalizada, permitindo todo tipo de manipulação. A real função da noção de patrimonialismo é fazer o povo de tolo e manter a dominação mais tosca e abusiva de um mercado esregulado completamente invisível. (SOUZA, 2017. p. 116)

## 2.3 DIFERENÇAS NAS SEMELHANÇAS DO ANTES PARA O AGORA

Na época da publicação das obras dos pensadores sociais clássicos, havia a pretensão de se compreender aspectos sobre a sociabilidade brasileira e estabelecer o país no debate que concerne a entrada da modernidade no cenário capitalista internacional.

De 1930 a 2018, temos 88 anos. Destes 88 anos, os últimos 16 foram de governo petista. Então cabe agora, falar sobre o inevitável: a importância de Lula para o Brasil de hoje. Afinal, quase 20% do tempo<sup>4</sup>, desde a publicação de Sérgio Buarque de Holanda de Raízes do Brasil, foi sob a influência do governo de quem nos fez distanciar da realidade do início do século XX, mas nem tanto.

Luis Inácio Lula da Silva começou sua aparição como nome na história do país a partir de seu envolvimento no movimento metalúrgico em SP, no fim da ditadura nos anos 70.

Jessé Souza frisa que seus livros foram feitos para compreensão de qualquer um com uma formação básica possa ser empoderado do saber que lhe foi destituído. Na minha opinião, a maior lição que podemos ter com este tipo de proposta, com este tipo de Sociologia acessível, é que as palavras importam. Se os termos que nos limitam são utilizados repetidamente a ponto de fazerem parte do nosso inconsciente, das nossas reações impulsivas, se está na ponta da língua, então, o que aconteceria

---

<sup>4</sup> Correndo o risco de soar economicista

se fossem usados termos empoderadores? Incentivadores, ao invés de castradores?

Hábitos são forças inerciais, condicionam sujeitos e são condicionados por eles. Glorioso aprendizado consolidado pelo renome de Bourdieu. Mas se fosse democratizado de fato este tipo de saber, até entre quem nunca nem ouviu falar do autor francês? E se esse saber fosse acessível o que teria de influência no mundo? O horizonte da nossa sociedade como um todo se ampliaria, além do que o 1% endinheirado jamais teria sonhado. Pois até ele é limitado por seu universo, por suas vivências, pela realidade que se insere.



### **3 LINGUAGEM ACESSÍVEL: A PROPOSTA QUE JESSÉ ASSUME, A LEGITIMIDADE CIENTÍFICA ALCANÇA AS PRATELEIRAS DE BEST-SELLER**

Nos últimos anos, com a catarse de opiniões expostas em redes sociais e grandes movimentações no quadro da política brasileira, a proposta do autor pertence a uma tentativa de fortalecer vozes num tiroteio de argumentos críticos e politizados. Seu engajamento político se dá ao disponibilizar textos que compilam sua teoria como fonte de informações alternativas à mídia convencional, dando visibilidade a sua contribuição como militante por conta de sua legitimidade discursiva derivada de sua posição acadêmica. Seguindo o caminho que fez anteriormente em livros e artigos acadêmicos, de maneira mais elaborada e aprofundada, observa nos escritos clássicos do pensamento social brasileiro o modo que eles direcionaram as interpretações do Brasil e sua reverberação nos acontecimentos recentes que abalaram a composição política.

Pelo exercício de uma sociologia pública, as obras abordadas neste trabalho de conclusão, Jessé discute conceitos familiares a esfera acadêmica com o intuito de dialogar com setores diversos, utilizando uma linguagem distinta das obras de cunho científico precedentes.

A “crítica das ideias” dominantes é a primeira trincheira de luta contra os “interesses dominantes” que se perpetuam por se travestirem de supostos interesses de todos. Esse é precisamente o nosso objetivo neste livro: apelar para a inteligência viva daqueles que foram feitos de tolos, ou seja, todos nós, vítimas de uma violência simbólica bem perpetrada. Nosso compromisso e desafio é fazê-lo de tal modo que qualquer leitor de boa vontade – que ama a verdade e percebe o esforço que sua conquista envolve – possa compreendê-lo. Ainda que a desconstrução do senso comum seja um desafio não só cognitivo, mas também emotivo – afinal, são visões de mundo que nos acostumamos a perceber como “nossas” –, nosso empenho foi eliminar do texto todo e qualquer vocabulário “técnico” dispensável. Normalmente a linguagem técnica dos especialistas só serve para criar um abismo entre estes e leigos, para proteger e

“distinguir” o especialista dentro de uma linguagem hermética para iniciados e permitir o uso do conhecimento como mero “fetiche” do mesmo modo que se utiliza o dinheiro na vida social: para “comprar” reconhecimento e legitimar privilégios. (SOUZA, 2015, p. 13.)

O autor afirma que a eficácia/adesão de uma teoria depende da capacidade de esclarecer a totalidade da realidade social, ou ao menos aparentar esclarecer. Neste sentido que a teoria culturalista racista conservadora justifica a desigualdade social e legitima hierarquias e relações de dominância. O conceito de “patrimonialismo” e “homem cordial”, desenvolvidos por tal teoria, serviram aos interesses das elites e também por estabelecerem uma representação de unidade no imaginário social da sociedade de maneira convincente. A imagem do Brasil como país do jeitinho, por predominar a pessoalidade em detrimento da impessoalidade, fez sentido – e ainda faz – para a consolidação da identidade nacional. Mas a empreitada de Jessé Souza se direciona a outra perspectiva de produção científica: uma que represente munção política contra o domínio conservador das ideias.

O culturalismo, falso cientificamente como ele é, cumpre assim exatamente as mesmas funções do racismo científico da cor da pele. Presta-se a garantir uma sensação de superioridade e de distinção para os povos e países que estão em situação de domínio e, desse modo, legitimar e tornar merecida a própria dominação. (SOUZA, 2017, p. 19).

O autor desconstrói as bases que edificam essa teoria totalizante, demonstrando as consequências desta nas produções científicas, nas ações do Estado em conluio com o mercado, e principalmente nas relações entre os indivíduos. Ao mesmo tempo que busca reconstruir o trabalho de manipulação simbólica em favor da elite do atraso, a partir de uma totalidade alternativa que desconstrua o culturalismo racista conservador, ou seja, uma teoria que também possa ser reconhecida como válida.

Jessé Souza defende que não exista tema que seja discutido na esfera pública de qualquer sociedade moderna que não se baseie na

“palavra do especialista” que fala pela ciência. Não existe ordem social moderna sem uma legitimação pretensamente científica desta mesma ordem (SOUZA, 2016. p. 18).

Toda violência e todo privilégio acontecem por serem legitimados na sociedade. As pessoas precisam acreditar que quem não tem privilégios, é por que não os merecem. E como, desde o início da modernidade, são os intelectuais e especialistas que possuem a legitimidade de fazerem leituras válidas sobre a realidade, determinam o que é certo e errado. Portanto, para que a dominação social material e concreta das classes privilegiadas seja justificável, deve existir um trabalho de cunho científico convincente que embase a perpetuação dos interesses dominantes.

Os acadêmicos sabem que os temas de seus textos envolvem tantas coisas a ser levadas em consideração, tantas conexões entre tantos elementos, tanto de tudo, que parece inconcebível dar uma ordem racional ao conjunto. Mas é esta a nossa tarefa: dispor as ideias numa ordem racional para que outra pessoa consiga entendê-las. Temos de lidar com esse problema em dois níveis. Temos de dispor as ideias numa teoria ou numa narrativa, descrever as causas e condições que levam aos efeitos que queremos explicar, e numa ordem que seja correta em termos lógicos e empíricos (se estivermos escrevendo algo baseado em pesquisas empíricas). Correta em termos lógicos significa não cometermos nenhuma das famosas falácias do raciocínio incorreto (Fischer 1970 cita casos de historiadores cometendo todas elas). Correta em termos empíricos significa que a ordem que descrevemos deve ser a mesma ordem que as coisas realmente têm na natureza, até onde sabemos. Por fim, queremos que nossa prosa deixe clara a ordem que construímos. Não queremos que o entendimento de nossos leitores seja prejudicado por imperfeições em nossa prosa. (BECKER, 2015, p. 117)

Existem distorções sistemáticas que precedem a memória histórica, que vem sendo reproduzidas sem muito senso crítico, mas com muita conveniência envolvida. Souza busca com sua série de livros,

fundamentar ideias que questionem a estrutura que possibilita a manutenção de privilégios, por levar em conta os efeitos na subjetividade dos não privilegiados que incorporam preceitos meritocráticos liberais conservadores. Portanto, se são ideias-força de intelectuais e especialistas que se conectam a “interesses poderosos” e logram se “institucionalizar” como leitura dominante de toda uma sociedade sobre si mesma (SOUZA, 2015. p.12), o autor assume as reflexões de sua experiência em sua linha de pesquisa e argumentativa para ir contra a lógica vigente. Explicita noções que compõem o que se pensa sobre o país e o povo que habita. Neste sentido, ele logra por meio de suas produções explicar como se dá a difusão de conceitos no senso comum da sociedade. Sobre como estas ideias corroboram para um complexo cenário político e social no qual poupa os interesses dos mais poderosos.

Jessé Souza assume suas origens e percepções vividas, relaciona momentos de humilhação cotidianos e decide compartilhar sua interpretação desmistificadora produzindo textos não acadêmicos. Por reconhecer a dominância do legado do mito nacional e identificar até mesmo um certo espaço para demanda de tal formato literário no público geral, o autor foi responsável pela disponibilidade de acesso ao seu pensamento para a esfera pública. Ao invés de esperar que sua teoria fosse incorporada pelo senso comum – até por que, suas produções são críticas à ciência social conservadora vigente no Brasil- o escritor potiguar se lançou a um público mais amplo.

Além do amplo uso de aspas, percebo que nestes escritos, Jessé utiliza de repetições de palavras, termos e conceitos no mesmo parágrafo, no intuito de alcançar sua pretensão de ser acessível. Ele possibilita a visibilidade da ligação entre o que se idealizava para o Brasil em 1930, e o que se vive hoje, em 2018. 88 anos depois, com uma montanha-russa de acontecimentos mundiais e nacionais, há curiosas semelhanças nas diferenças de contexto.

Com o intuito de dialogar com a escolha estilística de Jessé Souza nas últimas publicações, recorro aos “Truques da Escrita” de Howard Becker. Encontro neste livro contribuições para tratar de problemas implicados na escrita sociológica desde, por exemplo: como dispor ideias em uma ordem racional para que outra pessoa consiga entendê-las.

Repetindo a moral da história, e que é a única boa razão para eu falar tanto de mim mesmo: você aprende a escrever baseando-se no mundo ao seu redor, tanto pelo que ele lhe impõe quanto pelo que lhe oferece. As instituições onde trabalham os

acadêmicos empurram-nos para determinadas direções, mas também abrem inúmeras possibilidades. É aí que você faz diferença. De minha parte, tenho sido relativamente aberto às possibilidades, talvez mais do que a maioria, e resisto às pressões (aqui, também, talvez mais do que a maioria). O mundo realmente pressiona e às vezes resistir dói. Mas meu caso, penso eu, apesar de todas as suas peculiaridades pessoais e históricas, mostra que o contrário é mais verdadeiro do que as pessoas costumam pensar. (BECKER, 2015. p. 96).

Jessé Souza se difere dos teóricos tradicionais que produzem leituras reprodutoras de estruturas normativas que partem de pressupostos generalizantes e conservadores, e por não darem conta da complexidade social que o Brasil possui, – mas sendo altamente disseminado por identificação no imaginário social – se constitui como fundamentalmente incompleto. Pois tais leituras não propõem contemplar as diversas dimensões do capitalismo que influenciam na realidade social.

### 3.1 RECEPÇÃO CRÍTICA E ALCANCE DOS LIVROS: INTERPRETAÇÕES DISTORCIDAS?

As críticas recorrentes ao autor são relativas ao aparente posicionamento em defesa do estado, como se estivesse a justificar os interesses e as ações dos agentes políticos do governo atual cegamente. Mas o que ele traz a debate é referente sobre como se vende a demonização do Estado proveniente da herança portuguesa como verdade absoluta e seus efeitos na realidade social e política

A questão que Jessé quer trazer como relevante é como tudo isso se dá na prática, os efeitos nas nossas percepções, nas relações e aspirações entre indivíduos para com a realidade. Efeitos condicionados a manter privilégios de maneira discreta, ao não se questionar o reflexo dos interesses do mercado privado e sua influência na atuação estatal.

Refletindo sobre a recepção dos três livros de Jessé Souza, percebe-se que pela intenção de ser acessível a todo e qualquer público, o tiro acaba por sair pela culatra: por ser através destes livros o primeiro contato com a teoria dele, os leitores podem pressupor que a intenção é

menosprezar as obras dos teóricos clássicos do pensamento social brasileiro. Pelo contrário! Jessé sempre reforçou o imprescindível papel destes para a constituição das ciências sociais no Brasil, sobre o Brasil e por brasileiros. Por não deixar evidente este ponto de partida/ pressuposto, para então criticá-los e eventualmente superá-los, a postura de combate parece uma heresia a autores tão respeitados e renomados.

Mas, devido o contexto político em que redigiu, é notável sua própria representação sobre o tema. Ele percebe ou faz com que percebamos uma mesma linha de argumentos críticos em relação ao golpe de 2015, tanto da esquerda quanto da direita: uma fulanização do acontecimento. O que ele busca iluminar é o que os sujeitos envolvidos representam, quais instituições os indivíduos implicados nas acusações estão representando e quais interesses são defendidos no propósito do processo e o que se oculta do alcance público.

Ele admite que o livro “Radiografia do golpe” (2016) é decorrente de uma frustração pessoal de compreender os aspectos que possibilitaram o golpe de maio de 2015. Perceber a luta de classes e instituições. Esclarecer o comportamento e não o contrário, como o golpe de 64 foi mal compreendido. Mesma elite como mandante do golpe. O processo de redemocratização da década de 70 também foi a manda da mesma elite do dinheiro, articulando massas, uma espécie de nacionalismo.

Nossa esfera pública tardia já nasce sob império da manipulação sem jamais ter conhecido outra experiência. Falta ao público brasileiro qualquer padrão de comparação para avaliar o que recebe em casa. A Globo vicejou nesse contexto. Males da época, poder-se-ia dizer. Não é verdade, já que, mesmo na redemocratização, o mesmo projeto é inclusive aprofundado. A partir daí, a Globo jamais deixou de se apresentar como um misto de TV estatal e pública, utilizando-se dos ganhos simbólicos e materiais que esse tipo de confusão consciente provoca no seu público cativo.

Essa confusão, que foi vital para o crescimento da empresa sob os militares, se revelaria ainda mais produtiva no contexto da redemocratização. Galvão Bueno e seu nacionalismo de fachada e exagerado são um símbolo dessa estratégia empresarial que procura confundir de propósito a empresa com a nação, o interesse particular e venal

com o interesse público e universal. Quem não lembra, entre os mais velhos, do tema de Ayrton Senna a cada vitória e depois a volta triunfal envolto na bandeira brasileira, enquanto o locutor aos gritos comemorava mais uma vitória que era de toda a nação e sentida enquanto tal pelos telespectadores? Os exemplos práticos dessa estratégia de engodo volitivo e refletido são incontáveis. (SOUZA, 2017. p. 120)

Jessé Souza afirma que o sucesso da empreitada de Sérgio Buarque se deve pelo fato de ele ter logrado, ao modo dos profetas das grandes religiões mundiais, responder às três questões que desafiavam indivíduos e sociedades: De onde viemos? Quem somos? Para onde vamos? Devido ao caráter totalizante da teoria de Sérgio Buarque, sua visão se tornou a interpretação oficial do Brasil sobre si mesmo. (SOUZA, 2017. p. 8) E coincidentemente serviu como legitimação do liberalismo conservador moderno. Nestas citações Jessé Souza apela para um conhecimento histórico bem difundido no senso comum que desde a Idade média, a saber, a vida cotidiana do mundo era guiada pelos dizeres de figuras religiosas, principalmente pelo cristianismo que controlava a moral da parte da população europeia.

A aceitação do mito nacional moldou o imaginário social, estabelecendo hierarquia moral, permitindo a reprodução da desigualdade social. Jessé Souza quer empoderar o leitor de maneira que encare as manipulações midiáticas e reconheça nos discursos sua origem na formação social fomentada nas relações escravagistas.

Afinal, são os consensos e as ideias que assimilamos sem refletir e acerca das quais não temos distanciamento reflexivo que escravizam o espírito e fazem agir contra nossos melhores interesses. (SOUZA, 2016. p. 13).

De fato, ele não foi pioneiro ao denunciar a escravidão como fenômeno essencial para a compreensão do Brasil, mas a maneira que se perpetuou até hoje provém das limitações do contexto científico em que foram redigidas, causando distorções elitistas destas teorias. Mais ainda, o que estes teóricos clássicos deram início de mais crítico para o que vemos na contemporaneidade tem a ver com a culpabilização do Estado pelas mazelas sociais, e principalmente fonte da corrupção, e exoneração de responsabilidade do mercado e da esfera do capital privado na constituição da desigualdade social brasileira.

Abarcando a importância de posturas intelectuais como a de Jessé Souza para produções sociológicas que contribuam para o esclarecimento de questões sociais como desigualdade social e pontos envolvidos na reprodução ou dificuldade de superação de quadros semelhantes de ameaças à democracia.

É possível afirmar que com a democratização do acesso à informação, leituras sobre a realidade são produzidas e difundidas cada vez mais rapidamente e com menos rigor factual ou de legitimidade por formação ou especialidade. Embora as produções científicas continuem existindo, a esfera pública passou a ser produtora de leituras legítimas também – no sentido de serem aceitas e incorporadas. Formadores de opinião não requerem formação acadêmica.

Ele se coloca sempre em seus textos. Isto pode ser visto no valor que autor dá ao seu próprio conhecimento. No por que dele estudar e escrever o que ele faz. De se orgulhar por romper com tradições que circulam e reafirmam os lugares de poder hegemônico. Ele assume a contribuição que ele faz, não de veneração a tradição científica, mas de ruptura crítica a esta.

A minha percepção sobre o Brasil e sobre como o capitalismo em geral se apresenta entre nós é de ruptura como um autor como Florestan Fernandes, que era um investigador sério, competente, sabia o que estava fazendo em grande medida. Por esses outros (Sérgio Buarque e Raymundo Faoro) eu não tenho ‘respeito’ e a ‘veneração’, primeiro por que a ciência não é o espaço de veneração, (para) a veneração, você vai para a igreja. (CIENCIA, 2018).

Jessé possibilita a compreensão da realidade social em que os brasileiros se inserem e fazem parte. Ele deixa claro a importância, a qual vem responder, desde o início. Sem rodeios ou floreios acadêmicos, seus livros estão pondo à disposição de quem tiver interesse, superando sua vaidade santificada pela aura científica, uma perspectiva que pode ser comum, que deve ser mais difundida.

Como está organizado o mundo da academia, e qual o papel da escrita e publicação dentro dele? Que papel você quer desempenhar, e quais os efeitos que sua maneira de escrever e publicar terá



sobre o papel que escolheu? Boas perguntas, para as quais não existem respostas unívocas, o que não é de se estranhar. E não é de se estranhar porque os acadêmicos não se dispõem muito a estudar a organização de seu mundo social. Não querem que seus segredos sejam revelados nem que seus mitos prediletos sejam desmascarados como contos de fadas. (BECKER, 2015. p. 113).

Ainda que superando academicismos, o autor deixa sua marca no texto. Com interjeições, argumentos retóricos, ironias, os textos apelam para questionamentos que desestruturam percepções bem consolidadas no imaginário social, desestabilizando consensos legítimos que regem os valores que modelam a sociabilidade entre sujeitos.

## CONCLUSÃO

Para compreender o Brasil contemporâneo, é necessário observar e analisar a maneira que se pensa o país, desde os discursos expressos dentro do senso comum, até as cátedras acadêmicas nacionais e internacionais. Hoje em dia temos inúmeras leituras disponíveis proferidas por inúmeros sujeitos que pertencem a distintas realidades sobre incontáveis temas para diversos públicos diferentes. Desde as publicações de *Raízes do Brasil*, aconteceram mudanças estruturais muito importantes nas dinâmicas e entidades do mundo, portanto, análises que mantenham conceitos concebidos anteriores à consolidação da constituição democrática no Brasil, não são suficientes perante a realidade inebriante que vivemos e tentamos entender.

Como fazer uso da legitimidade científica para militar no contexto atual de tantos embates entre elites, classes e preceitos?

Se o Brasil na época de Gilberto Freyre apresentava complexidades custosas de definir, hoje temos prova disso nas redes sociais, nos vídeos de *Youtube* e nos comentários ouvidos indiretamente em cada esquina. A diferença é que o ditado “política não se discute” nunca foi tão obsoleto quanto agora. A intenção de Freyre além de científica, era também política. Ou acabou sendo, por apropriação do governo Vargas e posteriores. A identidade nacional deu sentido ao caos insolúvel pela ausência de unidade nacional.

Embora assumo um posicionamento crítico aos clássicos do pensamento social brasileiro, Jessé Souza reconhece a importância das obras dos pensadores clássicos brasileiros. Não podemos ignorar a ligação do que se disse sobre o país no início do século XX por esses autores com a configuração presente. Pois a linha teórica destes é formulada em conceitos que não representam a complexidade da sociedade brasileira atualmente. De acordo com Souza, não seriam baseados em apenas conceitos, mas mitos que não superam o senso comum de 1930. Mas muito aconteceu desde então: depois de duas Guerras Mundiais, ditaduras militares, guerras frias, movimentos punks, hippies e afins, constituições democráticas foram consolidadas.

Mas a confusão entre pessoa e obra é o fruto da pouca institucionalização da esfera científica e, portanto, da fragilidade do mundo das ideias entre nós. Ainda hoje, a imensa maioria dos nossos intelectuais pensa que quem tem uma boa ideia

deve “realiza-la”, e torna-la “prática” no Estado. Como se houvesse um abismo entre “ideia” e “prática”, quando, na verdade, as ideias são “performativas”, ou seja, elas são em si “ação”, e “pensar” o mundo de modo alternativo, ou contribuir no mundo das ideias para uma percepção crítica deste mundo já é, em algumas medida variável, mudá-lo. É por isso que o debate de ideias é a primeira trincheira da luta política e da luta de classes. E aí, o que precisamos é de ideias que tenham o poder de “reconstruir” o mundo no pensamento de outro modo de como ele se apresenta à nossa consciência. A relação entre ciência e política não é externa, como se fossem possíveis “posições progressistas” com conceitos ultrapassados e limitados. Ao contrário, a relação é interna à própria ciência e depende da força argumentativa e do alcance interpretativo de seus conceitos. Para o leitor atento existe um método infalível de perceber, mesmo não sendo especialista, quando ele está diante de uma perspectiva científica crítica – daquelas que reconstróem o mundo confuso em pensamento, lhe conferindo compreensibilidade – ou diante de uma abordagem verdadeiramente crítica tem que prestar conta de seus pressupostos. (SOUZA, 2018, p. 8).

Partindo do momento de publicação do primeiro livro, antes do momento efetivo do impeachment em maio, era palpável o clima de instabilidade no ar, posições políticas de desaprovação ao governo vigente eram proferidas indiscriminadamente. O país que se apresentou centrista desde sua constituição republicana, revelou tendências mais extremas por repúdio ao governo do PT. Desde as manifestações de junho de 2013, era possível perceber que o Brasil estava diferente, que algo estava prestes a acontecer.

O golpe começa nas manifestações de junho de 2013, tem a ver com o ataque da elite e da ação invisível do mercado através da compra do congresso e da mídia, montando uma base moralista e o processo de cooptação do jurídico, dando a aparência de legalidade. A elite do dinheiro manda no mundo de maneira indireta. Reforçando o paradigma científico do patrimonialismo que garante a demonização do estado e glorificação do mercado, manipulando a concepção da corrupção.

Explorei ao longo do texto os conceitos que Souza utiliza para demonstrar a fundamentação da teoria culturalista racista conservadora nas leituras paradigmáticas consolidadas pelos autores que fundaram a Sociologia brasileira, dominantes até os dias atuais. Ao demonstrar a ligação destes conceitos com a construção da estrutura cognitiva, emocional e valorativa da sociedade, fundados nas relações da época da escravidão, com influência da ideologia do liberalismo conservador capitalista que permeia as relações entre Estado e mercado.

Dissertei sobre a contribuição de Jessé Souza para uma sociologia brasileira que estimule questionamentos que desestabilizem a ordem social meritocrática que naturaliza a desigualdade social.

A meu ver, Jessé Souza representa a importância da democratização do conhecimento como defesa ativa contra discursos que pretendem dominar e manipular a realidade. O saber sociológico serve como escudo crítico dos interesses da elite econômica que buscam imbecilizar a população a ponto de se convencerem a defender e financiar o ataque contra si mesmos. Devemos como cientistas sociais, estimular investigações sobre como disseminar conhecimentos onde não se tem acesso a condições básicas de vivência, empatia e liberdade individual. E por que não, combater o que impossibilita tais condições serem estabelecidas.

Em tempos de tamanha suscetibilidade de retrocessos na luta pelos direitos humanos, dada a predominância de violências simbólicas e físicas por discriminação ao que personaliza a ameaça a privilégios que políticas sociais inclusivas proporcionaram, o questionamento “O que nos une como brasileiros?” se faz mais pertinente e menos consensual.

Portanto, são ações como: a luta pela superação da desigualdade social; a luta pela democracia do saber; a relativização do poder da elite econômica; a democratização na esfera acadêmica; o acesso a universidades pelas políticas de inclusão e o empoderamento pelo acesso ao conhecimento, que promoverão e fortalecerão a verdadeira democracia no Brasil.

Sobre os limites entre o fazer ciência e militar politicamente: no campo científico, o embate entre perspectivas divergentes podem ser construtivos se compartilharem o compromisso de contribuírem para um aprimoramento do conhecimento. Militar implica assumir seu posicionamento pessoal sobre o que considera a melhor maneira a organização social. No discurso científico se configura em apresentar um encadeamento de ideias que siga um sentido que comprove o argumento do autor.

Penso que sobre o papel do cientista social de refletir e problematizar para melhor compreender a sociedade analisada, há um compromisso de o discurso científico, tanto quanto o militante, partirem de posicionamentos políticos. A diferença entre eles é o espaço em que eles se manifestam. A escolha de uma ou outra vertente dependem da visão de mundo do sujeito que os acolhe.

## REFERÊNCIAS

BECKER, H S. *Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. *A nova polarização nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook*. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v. 7, n. 21, p.99-129, 29 out. 2014. Quadrimestral. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22032>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

CIÊNCIA, Nossa. *Jessé Souza: Tudo que eu trouxe como reflexão vem da minha experiência de ser nordestino*. Entrevista em 4 de jul. 2018. Disponível em: <<https://nossaciencia.com.br/entrevistas/jesse-souza-tudo-o-que-eu-tenho-e-trouxe-como-reflexao-tem-a-ver-com-a-minha-experiencia-como-nordestino/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UNB, 2000.

\_\_\_\_\_. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

\_\_\_\_\_. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da Sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais*. Revista Brasileira de Sociologia - RBS, [s.l.], v. 1, n. 1, p.129-158, 20 jul. 2013. Quadrimestral. Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.27>. Acesso em: 20 out. 2018.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. *O Economicismo e a invisibilidade das classes*. Disponível em:< <https://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st33/8631-as-classes-populares-para-alem-do-economicismo/file>>. Acesso em: 19 nov. 2018.